

**EMPREGO, RENDA E A (DES) VALORIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA:
ANÁLISE QUANTITATIVA DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

**EMPLOYMENT, INCOME AND THE (DE)VALUATION OF FEMALE LABOR:
QUANTITATIVE ANALYSIS OF THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL**

Willian Dums

Mestrando em Desenvolvimento Regional, bolsista FAPESC, Universidade do
Contestado - UNC, Brasil

E-mail: dumswillian54@gmail.com

Renata Campos

Doutora e Mestre em Ciências da Saúde - USP, docente permanente no programa
de pós graduação em Desenvolvimento Regional e líder do grupo de Pesquisa
em Saúde Coletiva e Meio Ambiente - NUPESC, Universidade do Contestado -
UNC, Brasil

E-mail: renatacs@unc.br

Recebido: 28/02/2025 – Aceito: 30/03/2025

Resumo

A partir da década de 1970, houve um aumento da participação das mulheres na economia, intensificando-se em decorrência da expansão industrial e urbana. O aumento da participação foi um marco importante para o crescimento das mulheres nas atividades empregatícias. O objetivo foi analisar o índice de empregabilidade e renda entre homens e mulheres da região Sul do Brasil. Pesquisa básica, de caráter quantitativo, descritivo, exploratório e documental. Com dados primários extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), tabelas 200, 616, 2033 e 3824, com dados dos Estados que compõem a região Sul do Brasil. A análise dos dados foi realizada com o programa *Microsoft Excel®*, a significância estatística foi determinada com $P = 0,05$. Observamos que Santa Catarina (SC) lidera a contratação de mulheres em empregos formais, seguido do Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS). Em relação à média mensal total entre os Estados, o PR em 2010 ($p = 0,04$) e o RS em 2000 ($p = 0,04$) e 2010 ($p = 0,01$) apresentaram

maiores médias salariais que SC. Na média da semana de referência, entre PR e SC ($p = 0,00$), PR e RS ($p = 0,00$) houve diferença salarial e igualdade na média semanal. Em relação aos anos, no ano de 1991 ($p = 0,03$), 2000 ($p = 0,03$) e 2010 ($p = 0,02$), houve diferença entre os salários de homens e mulheres. No ano de 2010, os homens no PR ganharam 21,3%, em SC 18,9% e RS 17,4% a mais que as mulheres. Entre os Estados da região Sul, há uma discrepância entre os salários das mulheres e homens; ainda observamos o mesmo efeito na média do salário em conjunto. Compreendemos que as desigualdades de gênero ainda se tornam presentes na renda das mulheres, gerando extensas fraturas no que tange à sociedade.

Palavras-chave: Estados; Sul; Mulheres; Renda; Empregos.

Abstract

Since the 1970s, there has been an increase in women's participation in the economy, intensifying as a result of industrial and urban expansion. The increase in participation was an important milestone for the growth of women in employment activities. The objective was to analyze the employability and income index between men and women in the Southern region of Brazil. Basic research, of a quantitative, descriptive, exploratory and documentary nature. With primary data extracted from the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA), tables 200, 616, 2033 and 3824, with data from the states that make up the Southern region of Brazil. Data analysis was performed using Microsoft Excel®, statistical significance was determined with $P = 0.05$. We observed that Santa Catarina (SC) leads the hiring of women in formal jobs, followed by Paraná (PR) and Rio Grande do Sul (RS). Regarding the total monthly average between the states, PR in 2010 ($p = 0.04$) and RS in 2000 ($p = 0.04$) and 2010 ($p = 0.01$) presented higher average salaries than SC. In the average of the reference week, between PR and SC ($p = 0.00$), PR and RS ($p = 0.00$) there was a salary difference and equality in the weekly average. Regarding the years, in 1991 ($p = 0.03$), 2000 ($p = 0.03$) and 2010 ($p = 0.02$), there was a difference between the salaries of men and women. In 2010, men in PR earned 21.3%, in SC 18.9% and RS 17.4% more than women. Among the states in the Southern region, there is a discrepancy between the salaries of women and men; we still observe the same effect on the average salary as a whole. We understand that gender inequalities are still present in women's income, generating extensive fractures in society.

Keywords: States; South; Woman; Income; Jobs.

1. Introdução

A partir da década de 1970, a participação das mulheres na economia passou a se intensificar em decorrência da expansão industrial e urbana, entretanto, em 1980, observou-se uma estagnação dos processos produtivos, determinando a diminuição de contratações. E em 1990 notamos uma crescente tendência econômica, abrindo espaços para as mulheres no mercado, contudo, esse aumento dos postos de trabalho não foi capaz de absorver todas as mulheres (Hoffemann; Leone, 2004).

Outro fator observado em 1990 foi o aumento da taxa de participação de mulheres adultas no mercado de trabalho, caracterizando-se como um marco essencial para o crescimento e participação das mulheres nas atividades

empregatícias. Houve uma redução pelo mercado para a contratação de trabalhadoras jovens, optando pela contratação de mulheres mais velhas (Abreu; Jorge; Sorj, 1993).

Nos anos de 1980, a cultura da “família tradicional” era representada pela divisão sexual do trabalho e família, na qual o homem era responsável pelos aditivos tangíveis e a mulher pela manutenção da casa, sendo uma relação de poder, autoridade e hierarquização do homem sobre a mulher (Montali, 2000). Vale ressaltar que o conceito da “família tradicional” impugnava, objetivava e suprimia as mulheres em todos os aspectos sociais.

A partir de 1990, houve um crescimento das famílias lideradas por mulheres, demonstrando a nova transição demográfica e padrões de nupcialidade, representando novas estruturas familiares e produtivas (Hryniewicz; Vianna, 2018).

Ao longo dos anos, notamos inúmeras conquistas das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade, em contrapartida, a hierarquia histórica de gênero ainda gera extensas fraturas na sociedade. Como vislumbrado, mulheres apresentam maiores capacidades de liderança, porém os homens têm mais acesso a cargos de liderança, entendendo que as mulheres precisam se qualificar mais que os homens para conseguir os mesmos empregos (Eagly; Carli, 2007).

Milstersteiner *et al.*, (2020) trazem o termo “essencialismo genérico”, termo que se vincula ao preconceito da natureza biológica entre homem e mulher, considerando um determinante para a ascensão feminina. Ainda, o papel das mulheres na sociedade ultrapassa as transformações políticas, sociais e econômicas, mas sim, marca a luta histórica pelos seus direitos e relações.

Diante disso, essa pesquisa se justifica em observar que os acontecimentos históricos e a supressão do emprego e renda para as mulheres não denotam a equidade e a justiça, e o feminismo jamais firmou-se na superioridade de gênero, apenas na justiça social.

2. Objetivo Geral

Analisar o índice de empregabilidade e renda entre homens e mulheres da região Sul do Brasil.

3. Metodologia

Pesquisa caracterizada como básica, de caráter quantitativo, descritivo, exploratório e documental. Com dados primários extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Os dados para correlações de significância e análises foram provenientes da região Sul do Brasil, composta pelos Estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

A população residente, por sexo, situação e grupos de idade - amostra - características gerais da população foram extraídas da tabela 200. Os dados da proporção de mulheres em trabalhos formais foram extraídos da tabela 3824.

Os dados referentes a pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio foram extraídas da tabela 616.

Por fim, os dados de pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, valor do rendimento nominal médio mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo - resultados gerais da amostra extraídos da tabela 2033.

Para análise da regressão retrospectiva da porcentagem de empregos formais foram utilizados todos os anos disponibilizados no sistema (2004 a 2015), e da significância média entre os salários e Estados do ano de 1991, 2000 e 2010.

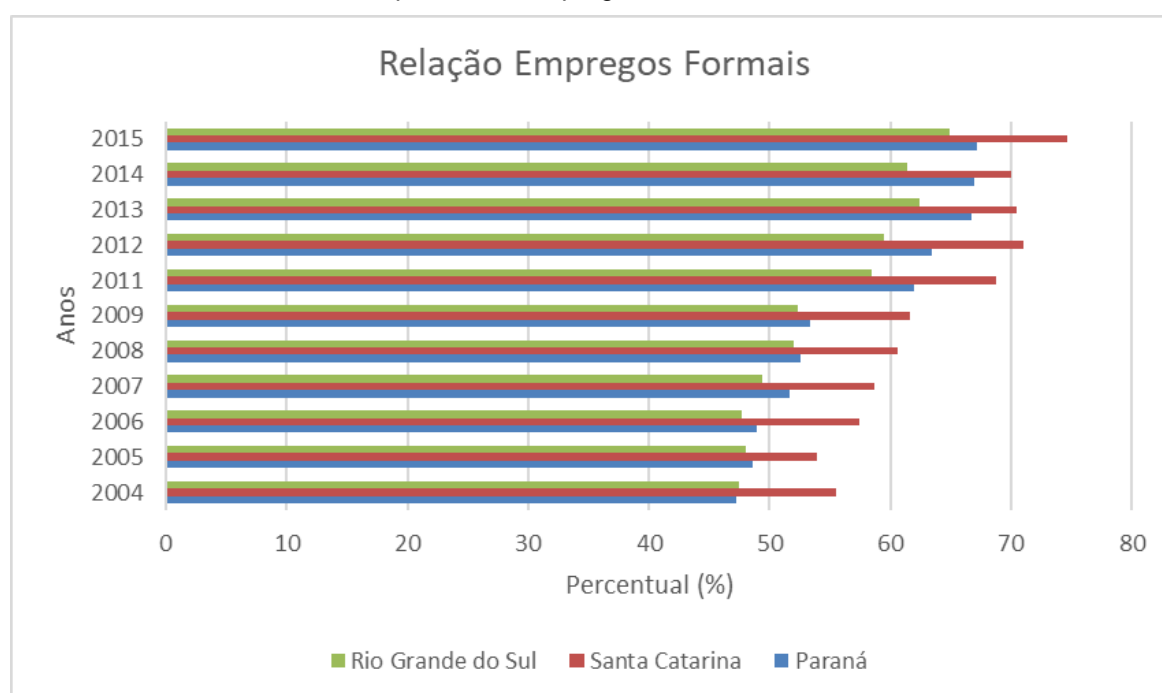
As análises estatísticas quantitativas compostas pela média, dispersão representada pelo desvio padrão, mínimo e máximo, e da significância estatística da média entre dois grupos, considerada com um valor de $p \leq 0,05$, foram avaliadas pelo Teste T *Student*. O programa utilizado para as análises e geração do gráfico foi o *Microsoft Excel*® versão 2108, atualização do ano de 2019.

4. Resultados

Observamos que, no censo demográfico do ano de 2010, o número da população feminina no Paraná (PR) era de 5.313.532, em Santa Catarina (SC) de 3.148.076 e no Rio Grande do Sul (RS) de 5.488.872.

Destes Estados, a relação de empregos formais ocupados por mulheres é liderada por SC, seguido do PR e RS, como observamos na análise retrospectiva dos anos no gráfico 1.

Gráfico 1: análise retrospectiva de empregos formais



Fonte: elaborado pelos autores com base no IBGE (2025)

Para a análise da significância estatística entre os Estados durante os anos de 2004 e 2015, realizamos o teste de significância T, a partir dos dados médios gerais, presentes na tabela 1.

Tabela 1: dados médios de 2004 a 2015

Estado	Méd.	DP	Min.	Máx.
Paraná	53,3	7,72	47,2	67,2
Santa Catarina	61,6	6,92	53,9	74,7
Rio Grande do Sul	52,3	6,26	47,5	64,9

Fonte: elaborado pelos autores com base no IBGE (2025)

Observamos não haver correlação estatística entre os Estados PR x SC ($p = 0,08$) e entre PR x RS ($p = 0,13$); entretanto entre SC x RS houve diferença ($p = 0,05^*$). Ou seja, há diferença entre a quantidade de empregos formais ocupadas por mulheres entre os Estados de SC e RS.

Buscamos a relação de mulheres de 10 anos ou mais de idade com rendimento, de acordo com o valor do rendimento nominal médio mensal, com resultados gerais da amostra, presentes na tabela 2.

Tabela 2: valor nominal mensal entre homens e mulheres

Unidade Federação	da	2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Paraná		2.792.016	1.970.142	3.452.735	3.036.006
Santa Catarina		1.636.435	1.166.098	2.176.933	1.920.179
Rio Grande do Sul		3.072.409	2.418.468	3.586.301	3.383.999

Fonte: elaborado pelos autores com base no IBGE (2025)

Quando analisamos o percentual total entre os salários nominais mensais de homens e mulheres durante os anos selecionados entre os Estados, observamos na tabela 3 as significâncias.

Tabela 3: significância entre os Estados

Ano Estados	2000	2010
	P - Valor	P - Valor
PR x SC	0,11	0,04*
RS x SC	0,04*	0,01*
PR x RS	0,15	0,26

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Observamos disparidades entre os salários nominais mensais entre homens e mulheres, no ano de 2000 ($p = 0,02^*$) e 2010 ($p = 0,04^*$), em outros termos, os salários dos homens se sobressaem aos das mulheres.

Buscando uma análise de regressão histórica entre homens e mulheres de 10 anos ou mais de idade e condição de atividade na semana de referência, observados na tabela 4.

Tabela 4: condição de atividade na semana de referência

Unidade Federação	da	1991		2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Paraná		2.470.846	1.141.785	2.806.546	1.845.286	3.127.960	2.460.003
Santa Catarina		1.308.421	66.842.2	1.590.196	1.092.159	1.956.665	1.586.553
Rio Grande do Sul		2.630.649	1.502.172	2.986.907	2.177.621	3.186.509	2.632.076

Fonte: elaborado pelos autores com base no IBGE (2025)

Utilizando a avaliação entre os anos e renda semanal de homens e mulheres, observamos significância entre PR x SC ($p = 0,00^*$) e PR x RS ($p = 0,00^*$), e entre SC x RS não houve diferença ($p = 3,70$), ou seja, o Estado de SC reitera menores salários em comparação aos demais Estados da região Sul.

Presenciamos novamente, a partir dos dados da tabela 4, a disparidade entre a média dos salários na semana de referência entre homens e mulheres, nos anos de 1991, 2000 e 2010, sua significância está disposta na tabela 5.

Tabela 5: significância entre a média dos salários

Ano	1991	2000	2010
P - Valor	0,03*	0,03*	0,02*

Fonte: autores (2025)

Com base nas variações das significâncias apresentadas, observamos que os homens em renda mensal e semanal apresentam maiores salários que as mulheres. Ainda, esta concepção está perpetuada desde o ano de 1991 na sociedade brasileira, representada pela região Sul do Brasil.

5. Discussão

O artigo partiu do objetivo de avaliar, por meio das significâncias estatísticas, as disparidades dos salários entre homens e mulheres. Como

resposta a essa epistemologia, observamos que há desigualdades entre os salários e entre os Estados da região Sul do Brasil.

Cumbi (2009) nos traz que o processo da chamada socialização patriarcal define e enobrece os homens, manifestando de forma direta discursos e práticas pautadas na intolerância de gênero sobre as mulheres. A problemática deste discurso é a veiculação da noção de poder da estrutura social do patriarcado, reiterando a submissão das mulheres.

Lingham (2024) realizou uma análise retrospectiva do período pós-guerra e em tempos de guerra, enfatizando a desapropriação sobre os corpos. Vislumbramos que a violência de gênero se conecta diretamente à desapropriação no pós-guerra, representando um momento de apreensão para as mulheres.

Os “perdedores” da guerra foram desapropriados de suas terras e dos modelos e meios de produção ligados à sua sobrevivência. Esta prática também foi imposta sobre o corpo das mulheres, que neste período perderam sua autonomia corporal, demonstrando a violência patriarcal imposta (Doss; Summerfield; Tsikata, 2014).

Explicada pela lente do feminismo, essa desapropriação de corpos revela o aumento e a liberdade do controle social imposto sobre as mulheres, revelando de forma direta a efemeridade do patriarcado, que se vinculava através de acordos políticos e das dinâmicas da transição no pós-guerra (Pankhurst, 2010).

Quando falamos da composição dos Estados, observamos junções sociais da elite, baseadas em recortes políticos específicos. A luta dos movimentos feministas destaca que estes processos são generificados, necessitando reconduzir o Estado de forma igualitária, sem a imposição das seletividades de gênero e suas lógicas etnizadas (Connell, 1990).

Hasson (2024) aborda a inserção das mulheres na política econômica, realizando um recorte de Israel. Seu resultado compreende que este espaço ainda é tendencioso em termos de gênero, esse pensamento é afetado diretamente pela neutralidade da economia, deturbando a percepção feminista e a inserção de mulheres na economia.

Realizando uma comparação dos resultados da região Sul do Brasil,

observamos os mesmos apontamentos citados pelos autores, ou seja, a disparidade entre os Estados em termos salariais, entre Estados e principalmente entre gênero, reiterando que os processos patriarcais ainda se tornam presentes.

Fatores como o tempo de deslocamento até o trabalho e propriamente o trabalho doméstico geram menos tempo para as mulheres em relação aos homens. A maior dependência de deslocamento e de trabalho autônomo entre as mulheres contribui de forma direta para que seus dias de trabalho sejam mais longos e exaustivos (Carmichael *et al.*, 2024).

Incluir as mulheres de forma igualitária na economia ultrapassa barreiras socioculturais, levantando a luz da discussão sobre a generificação da economia. Debruçando-se sobre a concepção do papel da mulher na sociedade e das vozes das economistas retratando as suas experiências (Elson, 2017).

As desigualdades salariais ocorrem por múltiplas causas que se inter-relacionam entre si, como exemplo, as características do mercado de trabalho em relação ao capital humano contratado, preconceito de gênero na seleção dos candidatos às vagas de emprego e promoções e segregação ocupacional (Mandel; Lázaro; Moreno, 2024).

Duman (2023) explica que algumas empresas apresentam padrões próprios de salários e contratação, moldando o tipo de contrato ofertado para as vagas. As menores condições salariais das mulheres complexificam os processos de tomada de decisões em relação à discussão sobre o aumento salarial, sendo novamente pautada a desigualdade de gênero.

Pautado nos resultados obtidos através das análises aplicadas, observamos que SC lidera as contratações de mulheres em empregos formais, seguido do PR e RS, todavia, em relação à renda média mensal, o RS lidera os maiores salários, seguido do PR e SC. Observamos uma discrepância entre os Estados avaliados. SC contrata mais mulheres, porém os salários são menores, e o RS e PR contratam menos e com os salários médios maiores.

Gomes e Souza (2018) explicam que na região Sul, nos ramos industriais e agrícolas, os homens representam cerca de 64,25% da contratação do primeiro emprego e 69,75% no reemprego; para as mulheres, esses dados são menores, sendo de 35,75% e 30,25%. As mulheres são contratadas em sua maior parte no

setor de serviços, representando uma homogeneidade destas distribuições, e no comércio representa a mesma homogeneidade em relação à contratação de homens.

Ainda na média salarial, dados da tabela 4, observamos no ano de 2010 que no PR os homens ganharam 21,3% mais que as mulheres, em SC 18,9% e no RS 17,4%. Estes desníveis salariais representam uma ruptura no que tange às camadas sociais, perdurando a desigualdade de gênero no âmbito econômico e social.

6. Conclusão

Observamos que, entre os Estados da região Sul do Brasil há uma discrepância entre os salários das mulheres e homens; ainda observamos o mesmo efeito na média do salário em conjunto.

Portanto, com base nos resultados obtidos deste artigo, compreendemos que as desigualdades de gênero ainda se tornam presentes, gerando extensas fraturas no que tange à sociedade, impactando diretamente nos direitos básicos das mulheres.

Agradecimento

Este trabalho foi apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito de bolsa de estudo, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional pertencente à Universidade do Contestado (UNC).

Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva; JORGE, Angela Filgueiras; SORJ, Bila. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. **Estudos Feministas**, [S.L.], v. 94, p. 1-26, 1993. Disponível em: <https://doaj.org/article/f5048cec5b8d498daf52aef953287f72>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CARMICHAEL, Fiona *et al.* Long work hours and long commutes in the Greater Accra region of Ghana: time poverty and gender. **Feminist Economics**, [S.L.], v. 0, p. 1-33, 2024. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2024.2413913>.

CONNELL, R. W. The state, gender, and sexual politics. **Theory And Society**, [S.L.], v. 19, n. 5, p. 507-544, 1990. Doi: <http://dx.doi.org/10.1007/bf00147025>.

CUMBI, Alberto. Mulheres com formação superior e emprego remunerado: mulheres emancipadas? **Outras Vozes**, [S.L.], n. 27, p. 1-8, 2009.

DOSS, Cheryl; SUMMERFIELD, Gale; TSIKATA, Dzodzi. Land, Gender, and Food Security. **Feminist Economics**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 1-23, 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2014.895021>.

DUMAN, Anil. The Gendered Relationship Between Temporary, Informal Employment and Wages: evidence from the turkish labor market. **Feminist Economics**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 194-222, 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2023.2249000>.

EAGLY, Alice; CARLI, Linda. Women and the labyrinth of leadership. **Harvard Business Review**, [S.L.], v. 9, n. 85, p. 62-71, 2007. Doi: <Http://dx.doi.org/10.1037/e664062007-001>.

ELSON, Diane. Recognize, Reduce, and Redistribute Unpaid Care Work: how to close the gender gap. **New Labor Forum**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 52-61, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1177/1095796017700135>.

GOMES, Magno Rogério; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de. Assimetrias salariais de gênero e a abordagem regional no Brasil: uma análise segundo a admissão no emprego e setores de atividade. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 1-31, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272234>.

HASSON, Yael. "Not in the Objective Function": gender equality considerations in the work of women government economists in israel. **Feminist Economics**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 131-156, 2024. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2024.2375979>.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, [S.L.], v. 2, n. 14, p. 35-58, 2004.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 331-344, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174876>.

IBGE. Sistema IBGE De Recuperação Automática - SIDRA. **Tabela 616 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio.** 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/616>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Tabela 2033 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo:** resultados gerais da amostra. Resultados Gerais da Amostra. 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2033>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Tabela 3824 - Proporção de mulheres em trabalhos formais.** 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3824>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Tabela 200 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade - amostra: características gerais da população.** 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LINGHAM, Jayanthi Thiyaga. Dispossession after War: a feminist political economy perspective. **Feminist Economics**, [S.L.], p. 1-26, 2024. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2024.2375982>.

MANDEL, Hadas; LAZARUS, Amit; MORENO, Adi. The Value of Work: the gendered outcomes of organizational wage reforms. **Feminist Economics**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 69-96, 2024. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2024.2375986>.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 15, n. 42, p. 1-17, 2000.

PANKHURST, Donna. The 'sex war' and other wars: towards a feminist approach to peace building. **Development In Practice**, [S.L.], v. 13, n. 2-3, p. 154-177, 2003. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/0961452032000073152>.